



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Institui benefício aos consumidores de energia elétrica do Estado do Amapá que tiveram suprimento de energia interrompido em razão de incidente ocorrido no dia 3 de novembro de 2020, na subestação de Macapá, e obriga a instalação de mecanismo de segurança nos estados produtores de energia elétrica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os consumidores de energia elétrica do Estado do Amapá, residenciais, industriais ou comerciais, que tiveram o suprimento de energia interrompido em razão do incidente ocorrido na subestação de Macapá, no dia 3 de novembro de 2020, farão jus a crédito equivalente ao valor cobrado na fatura mensal pela empresa distribuidora, a partir da data do incidente até o mês em que se der o restabelecimento total dos serviços, assim considerado como a instalação de equipamentos, inclusive sobressalentes, que assegurem a estabilidade do sistema.

Parágrafo único. A empresa distribuidora se ressarcirá automaticamente do valor cobrado pelas empresas geradoras no montante dos créditos concedidos, cabendo à ANEEL a adoção de mecanismos que possibilitem a imediata aplicação desta lei.

Art. 2º A ANEEL adotará providências, no prazo de 30 (trinta) dias, para que as empresas geradoras de energia elétrica assegurem aos estados produtores, condição de segurança que, em situação de emergência, permitirá independência na utilização da energia gerada a partir das hidrelétricas situadas nos seus territórios, sem transferência de custo para o consumidor final.



SF/20771.71367-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Amapá passa, desde o dia 3 de novembro de 2020, pela maior crise energética já experimentada no País.

As investigações preliminares apontam para irregularidade na execução dos contatos de concessão e severa omissão na fiscalização pela ANEEL, tendo sido descartada a ocorrência de evento natural, sendo certo, ainda, que a empresa concessionária não mantinha equipamento reserva, tampouco plano de ação que permitisse a rápida solução para o problema, o que obrigou a União a socorrer-se da ELETRONORTE para a implantação, com altos custos, de medidas paliativas de suprimento de energia através de usinas termelétricas.

As consequências danosas do evento experimentadas pelos amapaenses são extremas e vão desde a perda total de alimentos, aumento de problemas de saúde em meio à pandemia que se vive, possíveis mortes pela falta de energia elétrica em determinados locais, além de danos de ordem psicológica e moral pela demora no restabelecimento dos serviços. Alie-se a isso, também, que o retorno parcial da energia através de rodízios, traz consigo a instabilidade no sistema, danificando equipamentos elétricos, eletrônicos e eletromecânicos, como computadores, centrais de ar condicionado, geladeiras, freezers, televisores, bombas hidráulicas, câmaras frigoríficas, etc.

As dificuldades pelas quais passam os amapaenses, sejam comerciantes, que perderam grande parte das mercadorias que deveriam ser refrigeradas, sejam industriais, que deixaram de produzir, ou sejam consumidores residenciais, que experimentaram – e ainda experimentam –, dias de horror às escuras com incalculáveis prejuízos de ordem material e moral, precisam ser compensadas.



SF/20771.71367-90



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lucas Barreto

O benefício aqui proposto assegura aos consumidores um ressarcimento mínimo pela prestação irregular do serviço, equivalente ao valor cobrado na conta de energia elétrica até o mês em que se der o restabelecimento seguro dos serviços, independente de sanção a ser imposta a partir da ação dos órgãos competentes, ou através de ações individuais ou coletivas que devem ser ajuizadas por pessoas e entidades legitimadas.

A sistemática proposta para o pagamento do benefício através de crédito na fatura de energia elétrica e do ressarcimento automático pela empresa distribuidora frente às empresas geradoras, será regulamentada pela ANEEL, a quem competirá disciplinar o procedimento criado por esta Lei.

A lei ainda prevê adoção de solução secundária em casos como o que ocorre no Amapá, para os estados produtores de energia, de forma que as usinas instaladas em seus territórios sejam utilizadas através da instalação de equipamentos que permitam a interligação com a rede de distribuição, sem que isso resulte em custos adicionais para o consumidor.

Solicitamos, portanto, aos nossos pares, apoio à presente proposta.

Sala das Sessões,

Senador LUCAS BARRETO
PSD-AP



SF/20771.71367-90